

A POLÍTICA EDUCACIONAL DOS ANOS 1990 NO CONTEXTO DA REFORMA DO ESTADO: RESIGNIFICAÇÃO DE CONCEITOS E POSSIBILIDADES

Vilma Aparecida de Souza*

RESUMO: Este artigo procura situar a política educacional dos anos 1990 no contexto da reforma do Estado, inserido em um amplo movimento de crise do capitalismo e de reestruturação do capital. Num primeiro momento, é abordada a concepção de Estado, tendo como pano de fundo o modo de produção capitalista em suas fases de reestruturação produtiva na dinâmica histórica da globalização, terminando por equacionar a nova configuração do Estado, guiada pela lógica neoliberal, ideologia pertinente a esta fase do capitalismo. Num segundo momento, são discutidas as reformas educacionais e a política educacional implementadas nos anos 1990, entendidas como parte da materialidade dessa redefinição do papel do Estado. Nesse processo de redefinição, muitas políticas foram implementadas em nome da descentralização do ensino e da autonomia da escola. No entanto, verifica-se que os conceitos de descentralização e autonomia, defendidos por amplos setores da comunidade educacional, sofreram um processo de resignificação no contexto da reestruturação produtiva do capitalismo. Torna-se evidente, desta forma, que a gestão e a organização do trabalho escolar passam a ser conduzidas pela retórica da equidade social, mas por critérios práticos da economia de mercado.

PALAVRAS-CHAVES: estado. Reforma do Estado. Políticas públicas e educação. Política educacional.

ABSTRACT: This article aims at situating the educational policies of the decade of 1990 in the context of the state reform, inserted in a broad movement of crisis of the capitalism and reorganization of the capital. Firstly, the conception of State is analyzed, having as a background the capitalist system in its phases of productive reorganization in the historical dynamics

* Aluna do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, na Linha de Pesquisa de Políticas e Gestão em Educação.

of the globalization, and finally equating the new configuration of the State, guided by the neoliberal logic, peculiar ideology of this phase of the capitalism. Secondly, the educational reforms and the educational policies implemented in the previously mentioned decade are discussed, understanding them as part of the concretization of this redefinition of the role of the State. In this process of redefinition, many policies have been implemented as a result of the decentralization of the education and the autonomy of the school. However, it is verified that the concepts of decentralization and autonomy, defended by sectors of the educational community, have gone through a process of resignification in the context of the productive reorganization of the capitalism. Thus, it is evident that the management and the organization of the school work are now guided by the rhetoric of the social fairness, nevertheless by practical criteria of the market economy.

KEYWORDS: state. State reform. Public policies and education. Educational policies.

I. INTRODUÇÃO

As mudanças ocorridas na política educacional dos anos 1990 devem ser compreendidas como parte de um contexto de redefinição do papel do Estado, numa atual fase de reestruturação do modo de produção capitalista.

Uma análise sobre os eixos e condicionantes das políticas educacionais atuais deve considerar uma teoria do Estado e alguns de seus conceitos e pressupostos centrais.

Em meio a minuciosas e amplas teorias sobre Estado, vários conceitos acerca do termo são concebidos por diferentes recortes e prismas. Afonso (2000, p. 50) afirma que vários autores, filiados ao conjunto das teorias que ele denomina de pluralistas, concebem o Estado como um organismo que está acima dos conflitos sociais e que representa a sociedade como um todo. De acordo com tais teorias, a principal função do Estado é promover a integração da sociedade, constituindo-se como um mecanismo neutro para combinar preferências por meio dos consensos.

Entretanto, o conceito de Estado na perspectiva marxista difere-se radicalmente da interpretação positiva e natural que vislumbra o Estado

como expressão da vontade geral. O Estado, de acordo com a matriz teórica marxista, é condicionado pelo modo de produção capitalista e por suas estratégias resultantes da divisão do trabalho e propriedade privada.

A gênese do Estado moderno encontra-se vinculada à origem do modo de produção capitalista. O Estado moderno veio como reação ao feudalismo decadente, com a consolidação da burguesia. A burguesia no poder assume como bandeiras a defesa da propriedade privada, o livre exercício do individualismo e a acumulação de capital. Nesse contexto, o Estado, como resultado do modo material de vida dos indivíduos, assume aquelas bandeiras como forma da vontade dominante.

Segundo o enfoque acima, o Estado não pode ser concebido como um organismo neutro e compreendido por si mesmo, mas sim entendido no contexto das relações materiais de existência, no âmbito da infra-estrutura.

Considerando o atual contexto de redefinição do papel do Estado, que apresenta como tendências fortes a “desnacionalização” do Estado, a desestatização dos regimes políticos e a internacionalização do Estado nacional, Afonso (2000, p. 37) evidencia a necessidade de se tecer teorias que procurem compreender essa dinâmica, levando em conta as diversas características da atual reestruturação do metabolismo do modo de produção capitalista a nível global.

Diante disso, as mudanças implementadas na política educacional dos anos 1990, caracterizadas por um “boom” de reformas educacionais, devem ser compreendidas como parte de um amplo processo de redefinição do papel do Estado, condicionado por uma dinâmica maior marcada pela reestruturação produtiva do modo de produção capitalista.

II. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE REDEFINIÇÃO DO PAPEL DO ESTADO NO CONTEXTO DE MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Uma análise acerca das mutações e redefinições do papel do Estado deve ser efetuada tendo como pressuposto de análise as exigências econômicas e sociais do modo de produção capitalista em suas crises cíclicas e em suas fases de reestruturação produtiva na dinâmica histórica da globalização.

No período do pós-Segunda Guerra Mundial o Estado capitalista teve seu papel redefinido de acordo com o processo de reestruturação produ-

tiva. As políticas foram direcionadas para o investimento dos ciclos econômicos por meio de estratégias fiscais e monetárias e para o investimento público, com vistas a um crescimento da produção e do consumo em massa. A economia de escala e a produção em série para o consumo em massa combinaram-se com políticas de garantia do pleno emprego que regulavam os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores. Neste cenário, passou a atuar o chamado Estado de bem-estar social¹. Esse modelo de Estado apresentou-se como o meio para eliminar as falhas do mercado após a Segunda Guerra Mundial.

Em consonância com esse contexto, tais repercussões apontaram para transformações no interior do mundo do trabalho. O fordismo apresenta-se como um paradigma produtivo pelo qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo do século XX. Sobre o fordismo pode-se dizer que representa uma incorporação do sistema taylorista ao incremento da maquinaria somada à organização do fluxo contínuo da linha de montagem. É a forma pela qual o processo de trabalho consolidou-se ao longo do séc XX, cujos elementos básicos eram dados pela produção em massa, através do controle do tempo e do movimento, pela predominância do trabalho fragmentado e hierarquizado.

O fordismo baseia-se nos princípios do taylorismo e constitui-se como uma nova organização do processo de trabalho, respondendo às necessidades do capitalismo em seu período monopolista. Antunes (2000, p. 25) coloca que o fordismo deve ser compreendido como um processo de trabalho que, em parceria com o taylorismo, prevaleceu no cenário industrial capitalista no século XX.

Entretanto, com a crise do padrão monetário internacional e os choques do petróleo da década de 1970, ao lado de um processo de reorganização das relações entre o centro hegemônico do capitalismo e os demais países do mundo capitalista deram início a um novo movimento de ajuste global. Paralelamente, presencia-se também o fim do chamado

¹ Também denominado de welfare State, o estado de bem-estar social refere-se à configuração que o Estado assumiu no pós-Segunda Guerra até meados da década 70 do século XX. Caracteriza-se pelo seu papel ampliado em investimentos sociais. Busca combinar a regulação da economia pelo Estado, com políticas governamentais de garantia de pleno emprego e de taxas contínuas de crescimento. Esse modelo de Estado conseguiu controlar, mediante a negociação política, a intensidade do conflito de classes, favorecendo o processo de acumulação capitalista no período de reconstrução das economias de pós-guerra.

socialismo real e uma generalização das políticas neoliberais. Assim, após um longo período de acumulação de capital durante o período do taylorismo e do fordismo, com o Estado de bem-estar social, o capitalismo, a partir dos anos 1970, enfrentou um momento de crise, tendo como traços evidentes: a) a queda da taxa de lucro, em virtude do aumento do preço da força de trabalho, levando a uma redução dos índices de produtividade do capital; b) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção devido à dificuldade de responder à redução do consumo, como resultado do desemprego estrutural que se iniciava; c) o aumento do capital financeiro com o novo período do processo de internacionalização do capitalismo; d) as privatizações crescentes articuladas a uma tendência às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho.

Em suma, a denominada crise do fordismo e do Estado de bem-estar social evidenciava mais uma crise estrutural do capital. A presente crise apresenta-se como uma manifestação do sentido destrutivo da lógica do metabolismo capitalista. Essa crise estrutural, dentre uma ampla gama de conseqüências, provocou um processo de reestruturação do capital com o objetivo de recuperar seu ciclo produtivo.

Segundo Harvey (1989, p. 121), a crise teve início no momento em que os compromissos do Estado de bem-estar social restringiam a expansão do capital na base fiscal. As finanças do Estado estavam além de seus recursos, o que aprofundou as crises fiscais e de legitimação dos compromissos sociais.

III. MODELO NEOLIBERAL, ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS

Como foi dito anteriormente, todo esse processo de reestruturação do capital se implementou com vistas a resgatar o ciclo produtivo, como uma resposta capitalista. Nesse momento histórico, torna-se efetiva a atuação de uma ideologia para que tais peculiaridades no âmbito do modo de produção sejam incorporadas. O neoliberalismo apresenta-se então como a ideologia pertinente a esta fase do capitalismo.

A lógica da ideologia neoliberal fundamenta-se na maximização da liberdade individual e na proteção do mercado contra o Estado. Assim, o papel do Estado na sociedade vê-se redefinido e a ideologia neoliberal sustenta que o mercado deve ser deixado livre para estabelecer suas próprias regras.

O termo neoliberal é utilizado aqui em acordo com esse entendimento,

[...] o núcleo da argumentação que vem sendo repetida, com menos nitidez e competência, pelos neoliberais ou pela nova direita, parte da tese de que a liberdade individual é a finalidade das organizações sociais, e é este princípio que afasta qualquer tipo de intervenção que afete coercitivamente o livre exercício da vontade individual. Por esta razão, o Estado não deve intervir no mercado e em nenhuma de suas forças e fatores. Ora, os programas sociais — isto é, a provisão de renda, bens e serviços pelo Estado — constituem uma ameaça aos interesses e liberdades individuais, inibem a atividade e a concorrência privadas, geram indesejáveis extensões dos controles da burocracia. (DRAIBE, 1994, p. 90).

Dentre os conceitos básicos do neoliberalismo o indivíduo constitui um átomo social do sistema econômico. Nessa concepção, o indivíduo é enfocado como o resultado da combinação dos genes herdados com a ação voluntária. Seguindo esse raciocínio, o êxito e o fracasso individual é consequência das condições do próprio indivíduo. Em decorrência dessa tese, para o modelo neoliberal as causas das desigualdades são associadas ao âmbito do indivíduo e atribuídas como uma questão de “sorte” e não como reflexos das condições estruturais da sociedade capitalista.

O neoliberalismo, comprometido com o processo de reestruturação do capitalismo, concebe o Estado como um obstáculo à sua expansão transnacional, na medida em que pode determinar políticas restritivas e protecionistas ao mercado interno. Em oposição a esse modelo protecionista, a configuração do Estado em consonância com a era da globalização da economia é o “Estado Mínimo”.

Essa configuração do Estado fiel ao modelo neoliberal combate qualquer ação estatal, em especial no âmbito das políticas sociais. Para a ideologia neoliberal, as políticas sociais do Estado elevam seus gastos e como resultado provocam um aumento da pressão fiscal sobre os setores detentores do capital, que não são beneficiados diretamente com essas políticas.

Torna-se imprescindível frisar que o modelo de Estado “mínimo” proposto por esta nova fase do capitalismo refere-se apenas às políticas sociais conquistadas. Esse modelo de Estado é “mínimo” para as políticas sociais, mas é “máximo” para o capital financeiro transnacional.

Um outro conceito central para o neoliberalismo é o conceito de “mercado”, visto como o motor da organização social e um mecanismo auto-

regulador do processo econômico capaz de corrigir os desequilíbrios do capitalismo. O neoliberalismo tem como meta ampliar o raio de atuação da lógica do mercado em todas as relações sociais. Conseqüentemente, as políticas sociais de caráter neoliberal apresentam-se como mecanismos de subsunção da esfera estatal à lógica do mercado, provocando uma mercantilização dos direitos sociais.

Esse processo é representado pelo conceito designado “quase-mercado”, termo utilizado por alguns autores² para designar o processo pelo qual as esferas sociais assemelham-se a um “empório” e o individualismo e a competitividade tornam-se os conceitos máximos da esfera social subordinada ao mercado. Esse mecanismo de “quase-mercado” representa uma estratégia sutil do modelo neoliberal que supõe a aplicação de medidas para atenuar a fronteira público/privado, por meio de novas formas e combinações de financiamento, fornecimento e regulação dos direitos sociais.

Num movimento de extensão do capital em todas as esferas sociais, a política, a saúde, a educação e as políticas educacionais sofrem um processo de mercantilização dos direitos sociais. Os mecanismos de “quase-mercados” foram igualmente introduzidos nos sistemas educativos, considerando os eixos das políticas educacionais no contexto de redefinição do papel do Estado na lógica neoliberal.

IV. POLÍTICA EDUCACIONAL DOS ANOS 90: RESSIGNIFICAÇÃO DE CONCEITOS E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO DE REDEFINIÇÃO DO ESTADO NA LÓGICA DO MODELO NEOLIBERAL

A década de 90 foi palco de um conjunto de medidas e reformas educacionais que transformariam o sistema público de ensino, justificadas pelo discurso de elevar os padrões de qualidade e eficiência da educação. Tais reformas podem ser compreendidas por um conjunto de leis, resoluções e portarias expedidas pelo governo.

As reformas educacionais conjugaram as exigências dos movimen-

² Sobre o conceito de “quase-mercado” consultar: AFONSO, Almerindo Janela. Avaliação Educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2000 e SILVA Jr., João dos Reis. Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC. São Paulo: Xamã, 2002.

tos sociais organizados em defesa da escola pública com as exigências do capitalismo. Para Oliveira, os reais motivos que levaram os sistemas públicos de ensino a se reformarem podem ser assim explicados,

[...] muito mais que equidade social, as expectativas giram em torno de adequar os sistemas de ensino às reais demandas do capital hoje. Essa adequação, no entanto, não pressupõe uma formação de trabalhadores homogênea. Os requisitos educacionais variam de acordo com o modelo de exploração adotado, ou ainda com as possibilidades ou não de inserção no mercado de trabalho (OLIVEIRA, 1997, p. 93).

Torna-se evidente, dessa forma, que a gestão e a organização do trabalho escolar passam a ser conduzida pela retórica da equidade social, mas por critérios práticos da economia de mercado.

Nesse contexto, merece destaque uma prioridade arrolada no conjunto de metas das atuais reformas educacionais: descentralização e autonomia da escola.

V. DESCENTRALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E AUTONOMIA DA ESCOLA

A lógica expansionista do modo de produção capitalista impõe-lhe constantes processos de rupturas e continuidades, crises cíclicas para sua própria manutenção. O atual processo de reestruturação produtiva vivenciado pelo modo de produção capitalista apresenta como contornos mais evidentes o advento do neoliberalismo, a reconfiguração do papel do Estado e a desregulamentação dos direitos sociais, dentre outros. Pautada pelo receituário neoliberal, essa reestruturação do capital efetiva-se por meio de estratégias e medidas políticas que conduzem a uma mudança cultural e uma assimilação da doutrina e ideologia favoráveis ao processo de acumulação capitalista. Entretanto, o processo de reestruturação implementa-se somente na sua superfície, em sua dimensão fenomênica, isto é, sem alterar os eixos centrais do modo de produção capitalista.

Esse processo de reestruturação conduz a um novo metabolismo social cuja racionalidade consiste na penetração do capital em todas as dimensões sociais. O capital, nesse processo de reorganização das suas formas de dominação social, procura gestar um projeto de recuperação

de sua hegemonia por meio de um movimento de reformas do Estado.

Segundo Peroni (2003, p. 33), o modelo de Estado proposto pela atual fase do capitalismo é forte para o capital e pouco interventor no social, transferindo os direitos sociais de sua alçada para a sociedade civil, pautando-se numa retórica de democracia. E, nesse discurso democrático, denomina tal movimento de descentralização. Esse mecanismo deve ser analisado como parte de um movimento de transferência de responsabilidades públicas na área social do Estado para a sociedade civil, numa redução e mercantilização dos direitos sociais. Nesse cenário, tomando a esfera educacional como parte orgânica do processo macro de universalização do capitalismo, verifica-se também uma subsunção da educação à lógica do mercado, uma mercantilização da educação. A esfera educacional torna-se um “quase-mercado”, onde a escola assemelha-se a um “empório” e o individualismo e a competitividade tornam-se os conceitos máximos da educação subordinada ao mercado.

Nesse contexto, vários mecanismos são implementados de acordo com os princípios que orientam a administração capitalista. Diante disso, mecanismos de descentralização implementados por muitos governos não correspondem exatamente à liberdade e à autonomia necessárias para as escolas se autogerirem. Na realidade, o que se constata são políticas educacionais de desconcentração, limitando-se à transferência de tarefas e responsabilidades, que refletem os interesses do poder central, embora tais políticas se apresentem com o discurso da descentralização e de fortalecimento da gestão democrática da escola.

O processo de descentralização representa uma estratégia de desobrigação do Estado, o qual quer transferir tarefas públicas para a sociedade. Esse processo de descentralização faz parte do atual plano de reforma do Estado cuja regra é a desregulamentação, como meio de eliminar os obstáculos ao livre jogo do mercado. Nesse contexto, a descentralização retira, gradualmente, responsabilidades do Estado, diminuindo o papel deste frente às políticas sociais. Além disso, verifica-se ainda uma tensão descentralização/centralização como uma das bases da política educacional dos anos 1990. Uma análise das políticas educacionais dessa década mostra que o Estado está centralizando o controle por meio de mecanismos de avaliação e regulação, e descentralizando o financiamento de educação, por meio do Fundef e do repasse de dinheiro direto para as escolas. Uma análise dos processos de descentralização evidencia que o impulso descentralizador vem acompanhado de um efeito centralizador no contexto atual de redefinição do papel do Estado. Casassus (2001, p.

20) afirma que enquanto houver mecanismos centralizadores de controle e regulação dos sistemas educacionais, não é possível implementar uma descentralização livre do paradoxo da centralização.

Após o exposto, é preciso pensar se realmente existe uma intenção política nacional descentralizadora. Também, há que se levar em conta, que na maioria das vezes as idéias não conseguem sair da teoria e se materializarem em efetivas propostas governamentais.

Por sua vez, o conceito de autonomia propalado pelas atuais reformas educacionais encontra sua base no processo de desregulamentação da economia e de privatização de empresas estatais por meio de reformas dos sistemas de educação, sob a prerrogativa de descentralizar serviços e otimizar recursos.

O processo de outorga de autonomia às escolas ganhou repercussão no discurso progressista de educação e na opinião pública, mas os governos, na prática, implementam reformas que priorizam a redução de recursos e uma gradual desobrigação com os serviços públicos. As práticas de autonomia nas escolas sinalizam que cabe à instituição de ensino utilizar seus próprios recursos, idéias, projetos, valores num cenário de ausência material do Estado. A palavra autonomia passou a ser limitada à ampliação de espaços de discussão interna à própria escola e reduzida à liberdade de executar projetos pedagógicos. Nessa perspectiva, o conceito de autonomia sofreu um processo de resignificação encontrando-se reduzido à ampliação de espaços de discussão apenas interna à própria escola, onde o seu desempenho está submetido à avaliação externa.

Apesar do discurso difundido em nome da autonomia, o poder decisório sempre foi mantido em nível central, seja na esfera da Federação ou dos Estados.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas neste estudo permitem inferir que ao longo dos anos 1990, presenciou-se no âmbito das reformas educacionais um conjunto de metas e prioridades condizentes aos novos padrões de regulação do capitalismo, ditados pelo modelo neoliberal.

Em decorrência do redirecionamento das políticas pelo viés do neoliberalismo vivenciam-se mudanças no papel social da educação e da escola, por meio de um conjunto de estratégias que redirecionam o panorama da educação. O capitalismo apresenta-se como cenário macro desse processo, que vive hoje um processo de reestruturação produtiva,

apoiando-se na força da ideologia neoliberal, provocando redefinições no papel do Estado, nas políticas e na educação.

Nesse cenário macro verifica-se a atuação da lógica do mercado que concebe a educação como uma mercadoria, provocando uma mercantilização de seus programas e objetivos. As reformas educacionais coerentes com o modelo neoliberal são implementadas em sua maioria com uma parte de um mecanismo de submissão da educação ao figurino do capital. A escola assemelha-se a um empório e o individualismo e a competitividade passam a ser as categorias centrais do currículo e vários mecanismos são implementados de acordo com os princípios que regem a administração capitalista. Tem-se assim uma gestão e uma organização do trabalho escolar que passam a ser regidas pelos critérios do mercado.

Muitas políticas foram implementadas em nome da descentralização do ensino e da autonomia da escola. No entanto, verifica-se que os conceitos de descentralização e autonomia, defendidos por amplos setores da comunidade educacional, sofreram um processo de ressignificação no contexto da reestruturação produtiva do capitalismo, tendo como fundamentos os critérios do mercado. Analisando as práticas de descentralização e autonomia implementadas na escola, constata-se que, por um lado, o Governo Federal, com suas reformas, desobriga-se do financiamento das políticas educacionais, mas, por outro lado, ele objetiva centralizar as diretrizes por meio de mecanismos de avaliação e controle. Além disso, verifica-se que os projetos de política educacional baseiam-se numa premissa de crise fiscal, que na verdade é a crise do capital, e, portanto, propõem uma racionalização de recursos, sendo a descentralização e a autonomia estratégias para atingir esse fim.

O discurso oficial de descentralização e autonomia da escola traduz na prática uma estratégia de transferências de responsabilidades públicas e de desconcentração de tarefas do Estado.

O conceito de descentralização inspirado no modelo neoliberal implica uma transferência de responsabilidade pública e estatal à esfera do indivíduo. Nesse raciocínio, o indivíduo é visto como um átomo social de um sistema sendo o único responsável por seu êxito ou fracasso. A descentralização neoliberal aplicada à educação incorpora em seus fundamentos a lógica do mercado, colocando a educação como um bem econômico a mercê da “lei da oferta e da procura”, reduzindo a esfera de responsabilidade do Estado. A ação do Estado reduz-se a garantir a educação básica geral, deixando os demais níveis de ensino à disposição das leis do mercado.

Essa proposta de descentralização pode acarretar confusões em nível dos discursos. Dessa forma, torna-se imprescindível detectar os fundamentos teóricos que sustentam tais propostas. Um reducionismo que não considere a complexidade e a lógica do modelo neoliberal, pode corroborar para que suas propostas sejam materializadas, uma vez que se apresentam, em nível de discursos, como democráticas e participativas, mascarando seus reais fundamentos que levam ao desmonte do sistema público de educação.

Além disso, é fundamental ressaltar a complexidade das categorias de descentralização e autonomia quando se tratam de políticas sociais que articulam-se com os interesses das classes populares. Ao repensar as ações que realizam em busca da descentralização e da autonomia da escola, educadores e demais profissionais do ensino podem redimensionar suas concepções, como sujeitos coletivos interessados em ver novos tempos mais humanos para a educação. Esse compromisso deve ser guiado pelo pressuposto de que o indivíduo não se reduz a um fragmento atômico moldado a uma estrutura estática, como prega o modelo neoliberal, mas sim como parte de uma história que está a ser construída no embate de forças que defendem projetos de sociedade e de educação antagônicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2000.
- AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação Educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2000.
- BARROSO, João. O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída. In: BARROSO, João (Org.). **O estudo da escola**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1996, p. 167-189.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CASASSUS, Juan. A reforma educacional na América Latina no contexto de globalização. In: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 114, p. 7-28, nov. 2001.
- CORIAT, Benjamin. **Pensar ao avesso: o modelo japonês de trabalho e organização**. Tradução de Emerson S. da Silva. Rio de Janeiro: Revan: UFRJ, 1994.

DRAIBE, Sônia. As políticas sociais e o neoliberalismo. In: **Revista USP**, n. 17, p. 86-101, São Paulo: EDUSP, 1994.

GOMÉZ, José Maria. **Políticas e democracia em tempos de globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas, 2000.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1989.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão democrática da Educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

SILVA, Jair Militão da. **A autonomia da escola pública: a re-humanização da escola**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

SILVA Jr., João dos Reis. **Reforma do Estado e da educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.

SOUZA, Vilma A. de; FRANÇA, Robson L. Educação e Democracia: a Democratização dos Processos de Gestão da Escola Pública. In: **Olhar de professor**, Ponta Grossa, 7 (1): p. 09-23, 2004.